

Assédio Moral

Sandra Tavares

Professora Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa, CEID - Centro de Estudos e Investigação em Direito, Faculdade de Direito – Escola do Porto, Rua Diogo Botelho, 1327, 4169-005, Porto, Portugal.
Membro da CIELO, Comunidade para a Investigação e Estudo Laboral e Ocupacional.
Endereço de contacto: stavares@porto.ucp.pt.



CATÓLICA

CEID · CENTRO DE ESTUDOS
E INVESTIGAÇÃO EM DIREITO

CATÓLICA
RESEARCH CENTRE
FOR THE FUTURE OF LAW

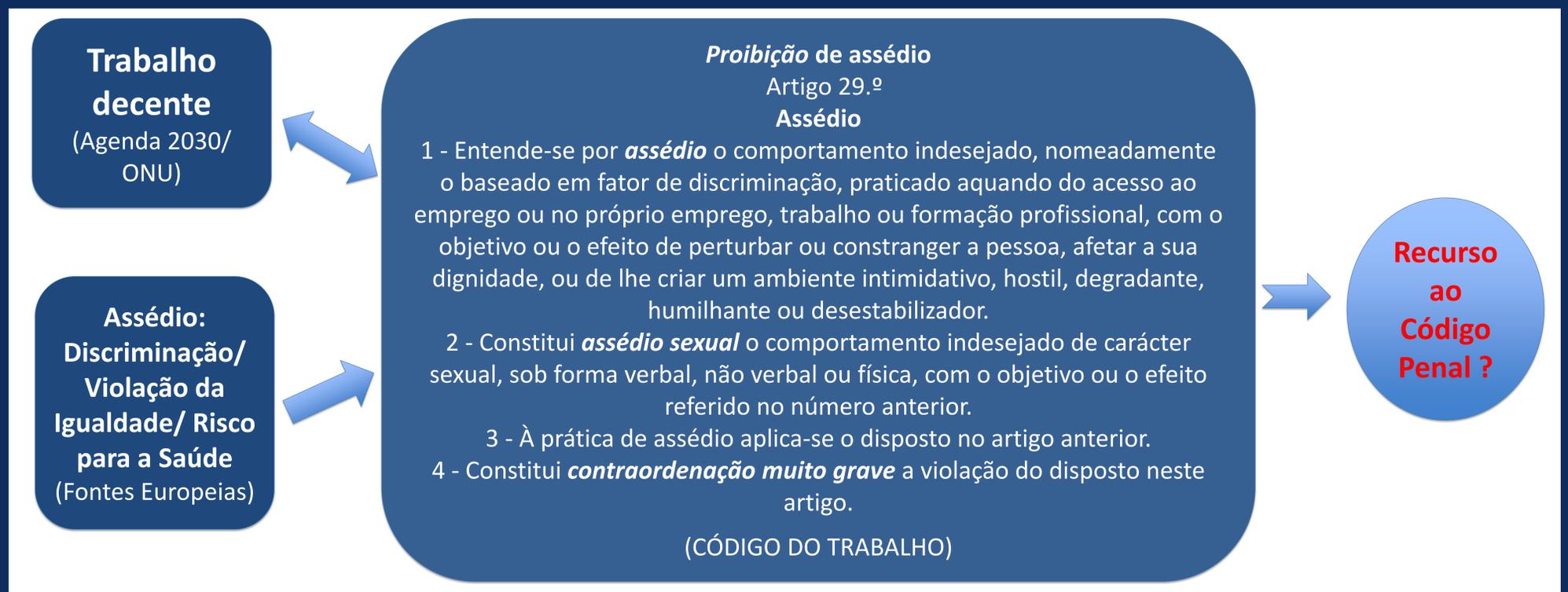
LISBOA · PORTO

Resumo

- Enquadramento conceptual do assédio moral com base em instrumentos internacionais pertinentes
 - Tratamento do tema à luz do objetivo internacionalmente assumido de trabalho decente para todos
 - Análise do regime legal previsto no Código do Trabalho e equacionar das potencialidades e fragilidades do direito penal no tratamento desta questão, designadamente no confronto entre os comportamentos que configurem assédio sexual e os crimes contra a liberdade sexual previstos no Código Penal
 - Consulta de jurisprudência disponível
- Palavras chave: trabalho decente; assédio moral; assédio moral na lei; assédio moral na jurisprudência

Objetivos

- Produzir conhecimento científico pertinente relativo ao assédio moral
- Averiguar a consciencialização e utilização da terminologia associada ao assédio moral no âmbito jurisprudencial
- Averiguar as potencialidades da utilização de mecanismos jurídico-penais no combate ao comportamento assediante



Conclusões

- ✓ Constatação da variabilidade terminológica – assédio, assédio moral, assédio no trabalho, assédio laboral são termos usados de modo, aparentemente, indiferente
- ✓ Constatação de que é escassa a jurisprudência disponível relativa ao descritor assédio (ou a descritores similares)
- ✓ Pertinência teórica da utilização de instrumentos penais como ferramentas úteis no combate ao assédio moral
- ✓ Dúvidas relativas à pertinência prática da utilização dos instrumentos penais como instrumentos úteis no combate ao assédio moral
- ✓ Pertinência de análise futura aprofundada da jurisprudência disponível

Elementos consultados:

BIBLIOGRAFIA:

Pound, R., “Law in books and law in action”, American law review, 44, 1910, páginas 12-36.

Taipa de Carvalho, A., Direito penal, parte geral – questões fundamentais, teoria geral do crime (Porto, 2016), Universidade Católica Editora.

PESQUISAS ONLINE:

<http://www.dgsi.pt>

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/>